

Documentação

GOIOAMBIENTAL

Fonte 9 m

Data 10/6/99 Pg 1-4

Class. 125

Conservação ambiental é aprovada após 7 anos

Regina Scharf
de Brasília

Após sete anos de negociações, a Câmara dos Deputados aprovou ontem a lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) — que organiza os dispositivos legais que já existiam, cria novas categorias de áreas protegidas e reavalia a relação das populações tradicionais com a natureza. O substitutivo apresentado pelo deputado

Fernando Gabeira (PV-RJ), sobre um projeto originalmente apresentado pelo Executivo federal, já havia sido discutido em seis audiências públicas regionais e

inúmeras reuniões locais, mas aguardava votação desde 1996. Anteontem, às vésperas de ir ao plenário, passou pelas últimas modificações, em negociação com o Ministério do Meio Ambiente.

O SNUC faz a distinção entre unidades de proteção integral — onde são autorizados apenas usos indiretos, como a pesquisa científica ou a visitação pública — e as unidades de uso sustentável. A primeira categoria inclui a Estação Ecológica, a Reserva Biológica, o Parque Nacional e duas novas unidades de conservação, o Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre. Na segunda categoria estão a Área de Proteção Ambiental, a Área de Re-

levante Interesse Ecológico, a Floresta Nacional, a Reserva Extrativista, a Reserva Privada de Patrimônio Natural (RPPN) e duas novas unidades: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Reserva de Fauna.

Várias mudanças foram introduzidas. A RPPN, por exemplo, que pode ser criada por proprietários particulares e deve ser registrada em cartório, está autorizada, a partir de agora, a abrigar projetos extrativis-

tas. O texto também prevê que as populações tradicionais, que já viviam na área antes da criação de uma dada unidade de conservação onde sua pre-

sença não é permitida, terão direito a indenização, quando forem retiradas — o que deve ser feito num prazo de cinco anos a partir de agora. Também foram estabelecidas novas regras para o turismo em parques nacionais, como o de Iguaçu ou o da Tijuca — a visitação dependerá da elaboração prévia de um plano de manejo, o que a maioria desses parques não tem, ou está ultrapassado.

“A negociação foi difícil, pois interesses díspares estavam em jogo e muitos deles foram sacrificados”, diz Analuze Freitas, coordenadora de Políticas Públicas do Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Os direitos das populações tradicionais não estariam garantidos, diz.

O novo sistema nacional faz a distinção entre as unidades de proteção integral e as de uso sustentável